

# Rio de Janeiro: uma cidade deficiente

*Falta de infra-estrutura dificulta o dia-a-dia dos portadores de necessidades especiais no município*

BRUNA DIAS, BRUNO SOUZA, FERNANDA THURLER E RAFAEL NUNAN

RAFAEL NUNAN



Daniel Gonçalves



Rio de Janeiro não está preparado para abrigar os 828 mil habitantes portadores de algum tipo de deficiência. De acordo com o Censo 2000, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre os seus mais de 5,8 milhões de moradores do município, pelo menos 14% sofrem de alguma limitação física ou mental. Apesar deste número elevado, a cidade não tem uma infra-estrutura urbana adequada. Gran-

de parte da população tampouco está ciente dos problemas que os portadores de necessidades especiais enfrentam em seu cotidiano. Destaca-se o caso dos deficientes físicos, que sofrem com a falta de vias públicas e de um sistema de transporte adequados.

Renato, Lucas e Daniel são três jovens de classe média, moradores da Zona Sul, com diferentes tipos de deficiência física. Daniel Gonçalves, 21 anos, estudante de Jornalismo da PUC-Rio, convive desde o nascimento com uma rara doença neurológica, que lhe deixou com problemas motores leves. Renato Ribeiro, 29 anos, tecnólogo em informática, também tem deficiência motora. Complicações no parto provocaram falta de oxigenação no cérebro, deixando seqüelas permanentes. Lucas Maia, 20 anos, estuda na PUC como Daniel. Sua deficiência visual, no entanto, não impediu que ele estudasse Cinema. Com a ajuda de seu inseparável cão-guia, Lucas circula pela universidade aparentemente sem problemas. O dia a dia destes três jovens, porém, mostra uma realidade muito diferente.

Para ir à aula, Daniel, morador de Botafogo, pega um ônibus municipal da linha 592, Gávea-Leme. E o desafio começa: os carros da linha são antigos, não têm acessos

especiais para deficientes e estão em péssimo estado de conservação. Além disso, o jovem tem de enfrentar a falta de educação dos motoristas, que arrancam com o ônibus antes que os passageiros possam se sentar.

“Já cansei de ver pessoas de idade e até mesmo outros deficientes que não caem por sorte, porque, na maioria das vezes, o motorista não quer nem saber. Ele sai acelerando, dando tranco e dane-se o resto”, conta Daniel.

O estudante lamenta a falta de civismo e solidariedade dos motoristas cariocas. “Há umas duas semanas, em Ipanema, eu estava dentro do ônibus e uma mulher entrou se arrastando. O motorista nem se moveu para ajudá-la a entrar. Ela entrou rastejando e uma outra pessoa entrou com a cadeira de rodas depois. Foi o cúmulo do absurdo! Aqui no Rio, falta respeito a essas pessoas. A quantidade de ônibus adaptados para cadeiras de rodas é ridícula. Não deve chegar nem a 10%”, desabafa.

Segundo a Secretaria Municipal de Transportes (SMTR), das 114 linhas de ônibus da cidade, 48% possuem um carro adaptado para deficientes físicos, mas apenas um. Dado o tamanho do município e o número de ônibus que circulam, trata-se de uma proporção baixís-





*Calçada mal conservada dificulta o pedestre*

sim. Já imaginou ficar no ponto esperando um carro específico da linha que você deseja?

Renato, por outro lado, sequer consegue pegar um ônibus, em função do grau de sua deficiência motora. Ele sempre se locomove de carro ou metrô. “Tenho melhores condições em estações de metrô mais modernas como as da Siqueira Campos e do Cantagalo. Nas outras, quebro o galho: subo de escada rolante com acompanhante. Nas estações que não têm escadas rolantes, a pessoa que está comigo pede ao funcionário do metrô para me ajudar a subir”, explica Renato.

### **O que diz a lei**

A legislação municipal procura ajudar o portador de necessidades especiais. A lei nº 276, de 23 de outubro de 1981, autoriza os coletivos da cidade a parar fora

dos pontos de ônibus quando o sinal for feito por um deficiente. No entanto, a determinação legal esbarra mais uma vez na má vontade de alguns motoristas, que desrespeitam o cidadão.

O município também garante outros benefícios ao portador de necessidades especiais, como o passe livre em transportes coletivos (lei nº 968, de 1987) e assentos reservados em local privilegiado no veículo (lei nº 317, de 1982). Estas e outras leis são conquistas que começaram a surgir aos poucos, a partir da formação da Assembleia Constituinte e de uma nova política de reforma urbana. O ano de 1980 foi marco de uma nova postura, a partir da instituição de uma Comissão Nacional dos Deficientes (AIPD).

Apesar das determinações legais para facilitar a vida dos portadores de deficiência durante trajetos

no transporte público, o drama de Daniel continua mesmo ao descer do ônibus, a poucos metros da faculdade. O caminho, apesar de curto, é tortuoso: buracos, ruas desniveladas e calçamento irregular dificultam sua locomoção.

“Eu sinto dificuldade de ter que ficar desviando dos buracos. Há bairros onde a situação é melhor, como Ipanema e Leblon, e outros como Botafogo, Humaitá, Jardim Botânico e até a Gávea, onde o calçamento tem buracos, as pedras portuguesas já saíram e aí ficam aquelas armadilhas. Já caí algumas vezes por causa dessas irregularidades das calçadas e até mesmo das ruas. Uma pessoa com um quadro um pouco pior que o meu tem muito mais dificuldade de driblar esses obstáculos. A situação piora ainda mais quando a pessoa usa cadeira de rodas”, descreve Daniel.





Rampa móvel em farmácia

A Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) elaborou uma cartilha de acessibilidade, para adaptar o meio urbano às necessidades dos deficientes físicos.

As rampas localizadas em lados opostos de uma via, por exemplo, devem estar sempre alinhadas. Elas devem ser padronizadas, evitando o desnível entre o fim da

rampa e a rua. Além disso, devem ter sinalização tátil de alerta, para que um deficiente visual possa perceber que está chegando perto da rua. O pedestre cego deveria contar também com a ajuda de um piso-guia para indicar que o caminho está livre de barreiras. Lixeiras, orelhões, bancas de jornal e caixas de correio teriam que ser acessíveis para permitir seu uso por todas as pessoas. A ALERJ especifica ainda as normas de sinalização e o tamanho ideal de uma vaga de estacionamento para portadores de deficiência.

A acessibilidade interna nos prédios e construções também é fundamental. As necessidades especiais de Renato pesaram na escolha de

## Linhas de ônibus que contam com carros adaptados circulando diariamente, segundo a Secretaria Municipal de Transportes (SMTR)

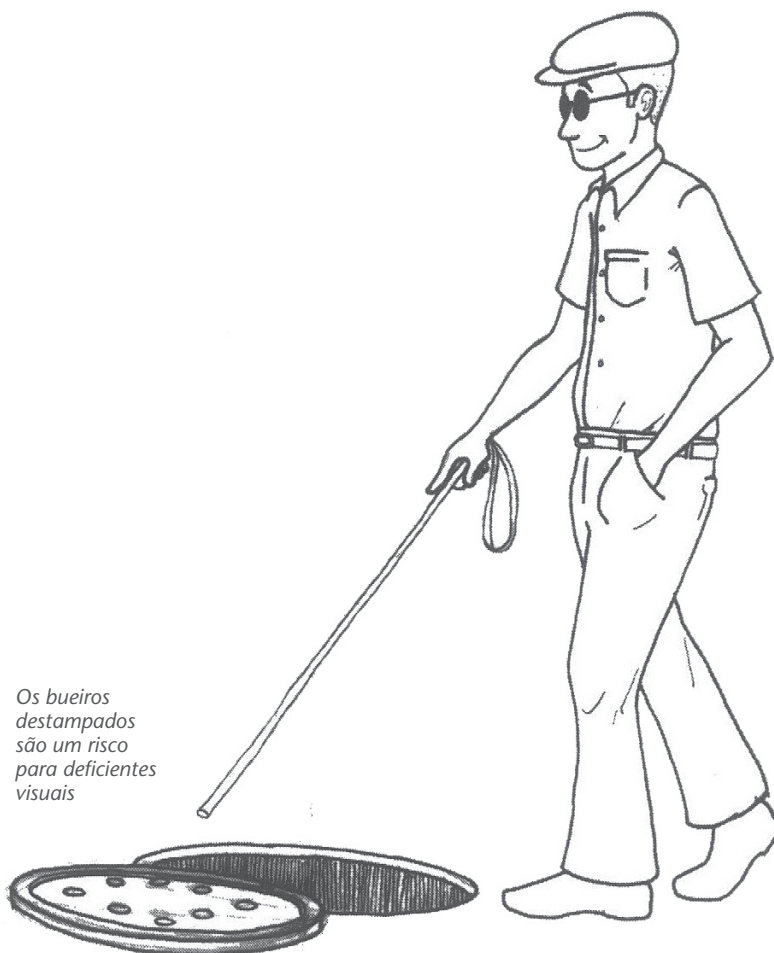
176 - Central - São Conrado	639 - Jardim América - Sáens Peña
222 - INT Vila Isabel - Hosp. Servidores	650 - Marechal Hermes - Eng. Novo
229 - Usina - Castelo	665 - Pavuna - Sáens Peña
239 - Água Santa - Castelo	680 - Penha - Méier
260 - C - Praça XV - Vila Valqueire	696 - Méier - Praia do Dendê
268 - Praça XV - Riocentro	712 - Cascadura - Irajá
284 - Tiradentes - Praça Seca	730 - Hosp. Cardoso Fontes - Covanca
198 - Castelo - Acari	747 - Vargem Grande - Madureira
300 VA - Sulacap - Praça XV	754 - Sulacap - Barra da Tijuca
312 - Olaria - Praça Mauá	755 - Cascadura - Gávea
350 - Irajá - Passeio	773 - Pavuna - Cascadura
363 - Castelo - Bangu	779 - Madureira - Pavuna
367 - Realengo - Praça XV	780 - Benfica - Madureira
393 - Castelo - Bangu	790B - Campo Grande - Cascadura
398 - Tiradentes - Campo Grande	843 - Campo Grande - Boa Esperança
404 A - Rio Comprido - Jardim de Alah	846 - Campo Grande - Rio da Prata
409 - Sáens Peña - Horto	858 - Campo Grande - Santa Cruz
410 - Sáens Peña - Gávea	870 - Bangu - sepetiba
460 - São Cristóvão - Leblon	910 - Bananal - Madureira
464 - Maracanã - Leblon	920 - Bonsucesso - Pavuna
476 AR - Méier - Leblon	945 - Pavuna - Cidade Universitária
497 - Méier - Cosme Velho	S03- Campo Grande - sepetiba
572 - Glória - Leblon	6060M - Rodoviária - Engenho de Dentro

uma universidade particular equipada com uma infra-estrutura que lhe proporcionasse mais conforto, como rampas, elevadores e banheiros próprios para cadeirantes. A PUC-Rio é uma dessas instituições de ensino. Graças a instalações adaptadas, Daniel e Lucas não encontram muitas dificuldades em seu dia a dia na universidade.

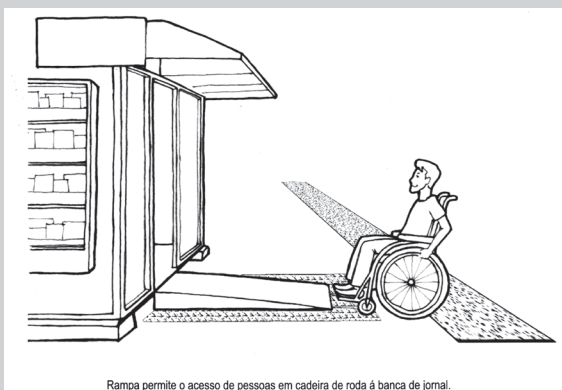
### Problemas até para os que não possuem deficiência física

Mesmo para aqueles que não têm problemas motores, mas que apresentam outros tipos de deficiência, como a visual, o Rio de Janeiro também se mostra uma cidade despreparada no que diz respeito à sinalização de suas ruas e avenidas. A lei nº 1.090, de 26 de novembro de 1987, garante a instalação de sinais sonoros nos principais cruzamentos da cidade. Apesar de sua deficiência visual, Lucas é contra este tipo de sinalização.

“Imagine se a cidade inteira tivesse semáforos sonoros? Seria, no



## Projetos de lei da Câmara Municipal do Rio de Janeiro voltados para o deficiente



- **Projeto de Lei 4/2005** autoriza o Poder Executivo a duplicar o número de escolas municipais destinadas aos deficientes físicos, sensoriais e mentais.
- **Projeto de Lei 240/2005** dispõe sobre a obrigatoriedade da criação de acessos adequados para deficientes físicos quando da execução de obras na cidade do Rio de Janeiro.
- **Projeto de Lei 396/2005** dispõe sobre o fornecimento de cadeiras de rodas para idosos e deficientes físicos nos centros comerciais.
- **Projeto de Lei 579/2001** dispõe sobre a obrigatoriedade de acesso adequado aos deficientes físicos nos supermercados.
- **Projeto de Lei 2137/2000** institui o programa de

equipagem de praças, complexos esportivos e logradouros públicos com mobiliário urbano adaptado às necessidades dos deficientes físicos.



*Banheiro adaptado na PUC-Rio*

mínimo, um caos auditivo e um engarrafamento monstruoso. Então, vamos ensinar a esse cego a atravessar a rua com o semáforo possível de existir. É muito mais produtivo do que ficar brigando por algo que não faz o menor sentido de ser implantado”, argumenta.

No entanto, simplesmente fazer valer os mecanismos jurídicos e transformar a estrutura física da cidade já não é o suficiente. A principal barreira enfrentada por muitas organizações não-governamentais é mudar a concepção da sociedade acerca dos deficientes. Lilia Martins, presidente do Centro de Vida Independente do Rio de Janeiro (CVI-Rio), trabalha desde 1988 na luta pela inserção dos portadores de deficiência. Ela explica que transformar a cultura excludente da sociedade é uma das maiores dificuldades. “Ainda percebemos barreiras físicas, humanas e sociais que são indicativas de uma resistência da socieda-

de em aceitar e dar espaço para a diversidade que a deficiência representa. Presenciamos também o desrespeito à legislação. Mesmo com vagas de garagem reservadas para deficientes, muitas pessoas estacionam sem se preocupar. Isso acontece nos banheiros para portadores e até mesmo nas rampas de acesso para deficientes físicos”, afirma a presidente do CVI-Rio.

De acordo com Lilia, a PUC-Rio, além de apresentar uma infra-estrutura adequada, é uma das entidades filantrópicas que procuram dar oportunidades profissionais aos deficientes. Através do setor de Recursos Humanos, a universidade contrata portadores de necessidades especiais, empregando-os em diversas áreas.

No entanto, ela ressalta também que é necessário garantir a acessibilidade aos meios de informação e comunicação. “É preciso transformar a mídia num meio que preveja a acessibilidade ao livro e às publicações em geral para as

pessoas cegas ou de baixa-visão. Além de recursos para disponibilizar filmes, teatro e programas de TV para as pessoas surdas”, diz Lilia.

Lucas, porém, acredita que os próprios deficientes devem se adequar à realidade existente. “Acredito sim, que cabe ao Estado cuidar da integridade física e emocional da população, incluindo os deficientes, mas não dá para o mundo se adaptar a nós. O que precisa ser feito é educar o cego, o surdo e o cadeirante para que possa viver na sociedade que temos”, observa.

O estudante usa seu próprio exemplo para enfatizar que a vida de um deficiente consiste na superação diária de limites. “Não tenho nenhuma força extraordinária ou coragem fora do comum. É só que, quando se está no escuro, você precisa se arriscar ou ficará parado para sempre no mesmo lugar. Não sou do tipo que fica em casa lamentando-se enquanto deixa a vida passar sem vivê-la”, conclui.

Por outro lado, Renato ainda tem esperanças quanto a uma mudança de percepção da sociedade em relação ao deficiente. “As pessoas não acreditam muito no nosso potencial. Acho que podemos viver como qualquer um se a sociedade tiver maior consciência disso. Falta mais solidariedade; mais empatia com o próximo. Sinto que as pessoas ainda precisam aprender muito com os portadores de necessidades especiais. Falta paciência”, desabafa.

Ao final de mais um dia cansativo, Daniel, que mora sozinho, ainda arranja tempo para cuidar dos afazeres domésticos. Amanhã, ele, Lucas e Renato vão acordar e encarar novamente um Rio de Janeiro, que, para eles, será sempre um desafio.

